

SUMÁRIO

PARTE I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. DIREITO PENAL: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	61
1.1. Conceito de direito penal	61
1.1.1. Conceito formal (estático)	61
1.1.2. Conceito material	61
1.1.3. Conceito sociológico (dinâmico)	61
1.2. Denominação	62
1.3. Caracteres do direito penal	63
1.4. Conteúdo e divisão do direito penal	64
1.5. Modalidades de direito penal	65
1.5.1. Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	65
1.5.1.1. Existe <i>jus puniendi</i> ?	66
1.5.2. Direito Penal substantivo (material) e Direito Penal adjetivo (formal)	66
1.5.3. Direito Penal comum e especial	67
1.5.4. Direito Penal geral e Direito Penal local	67
1.5.5. Direito Penal fundamental (nuclear ou primário) e Direito Penal complementar (secundário)	67
1.5.6. Direito Penal subterrâneo e paralelo	68
1.5.7. Direito Penal do fato, Direito Penal do autor e Direito Penal do fato que considera o autor	68
1.5.8. Direito Penal da culpabilidade e da periculosidade	68
1.6. Funções do Direito Penal	69
1.6.1. Função de proteção dos bens jurídicos	69
1.6.2. Função de confirmação de reconhecimento normativo	71
1.6.3. Função ético-social	71
1.6.4. Função de controle social	71
1.6.5. Função de garantia	71
1.6.6. Função simbólica (Direito Penal simbólico e Direito Penal de emergência)	72
1.6.7. Função motivadora	72
1.6.8. Função promocional (Direito Penal promocional)	72
1.6.9. Função de redução da violência	72
1.7. Relação do Direito Penal com outros ramos do ordenamento jurídico	72
1.7.1. Com o Direito Constitucional	72
1.7.2. Com o Direito Processual Penal	73

1.7.3. Com o Direito Tributário	73
1.7.4. Com o Direito Administrativo	74
1.7.5. Com o Direito Civil	74
1.7.6. Com o Direito do Trabalho	75
1.7.7. Com o Direito Internacional	75
1.8. Ciências criminais	75
1.8.1. Dogmática jurídico-penal	75
1.8.2. Criminologia	76
1.8.3. Política Criminal	76
1.9. Criminalização primária, secundária e terciária. Seletividade e vulnerabilidade	76
1.10. A redescoberta da vítima: privatização do Direito Penal?	77
1.11. Quadro sinótico	78
1.12. Questões de concursos públicos	81
1.13. Questões para treinar (sem comentários)	83
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL	85
2.1. Considerações iniciais	85
2.2. Distinção entre regras, princípios e postulados	86
2.3. Princípio da legalidade ou da reserva legal	87
2.3.1. Princípio da taxatividade	91
2.3.2. Princípio da irretroatividade da lei penal (retroatividade benéfica ou anterioridade)	92
2.4. Princípio da intervenção mínima ou <i>ultima ratio</i>	93
2.4.1. Princípio da fragmentariedade	94
2.4.2. Princípio da subsidiariedade	94
2.5. Princípio da humanidade	95
2.6. Princípio da pessoalidade (personalidade, intrascendência ou responsabilidade pessoal)	96
2.7. Princípio da responsabilidade penal subjetiva (culpabilidade)	97
2.8. Princípio da individualização das penas	97
2.9. Princípio do <i>non bis in idem</i>	98
2.10. Princípio da lesividade (ou da ofensividade)	99
2.10.1. Princípio da materialidade (ou exteriorização) do fato	100
2.10.2. Princípio da alteridade (ou transcendentalidade)	100
2.10.3. Princípio do Direito Penal do fato (ou responsabilidade pelo fato)	101
2.10.4. Exclusiva proteção do bem jurídico	101
2.10.4.1. Espiritualização dos bens jurídicos	102
2.11. Princípio da insignificância (ou bagatela)	102
2.11.1. Requisitos objetivos	103
2.11.2. Requisitos subjetivos	103
2.11.3. Cabimento	104
2.11.4. Momento para aplicação	105
2.11.5. O princípio da insignificância na jurisprudência do STF e do STJ	105
2.11.6. Princípio da insignificância imprópria: irrelevância penal do fato	112
2.12. Princípio da proporcionalidade	113
2.12.1. Princípio da vedação ao excesso	115
2.12.2. Princípio da vedação à proteção deficiente (ou infraproteção)	115
2.13. Princípio da adequação social	116
2.14. Princípio da confiança	117

2.15. Princípio da isonomia	117
2.16. Quadro sinótico	117
2.17. Súmulas aplicáveis	126
2.17.1. STJ	126
2.17.2. STF	127
2.18. Questões de concursos públicos	127
2.19. Questões discursivas com comentários	130
2.20. Questões para treinar (sem comentários)	130
3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL	133
3.1. As vinganças: o poder de punir nas sociedades primitivas	133
3.1.1. Considerações iniciais	133
3.1.2. Vingança divina	133
3.1.3. Vingança privada	135
3.1.4. Vinganças públicas: manifestações do Direito Penal na Antiguidade	136
3.2. Direito penal na antiguidade	138
3.2.1. Código de Hamurabi: primeiras noções de proporcionalidade	138
3.2.2. Outras legislações da Antiguidade	139
3.3. Direito penal laicizado da antiguidade	140
3.3.1. Direito Penal na Grécia	140
3.3.2. Direito Penal em Roma	142
3.4. Direito Penal medieval	144
3.4.1. Direito Penal germânico	144
3.4.2. Direito Penal canônico	144
3.5. Período humanitário	146
3.5.1. Ideário iluminista e humanização do Direito Penal	146
3.5.2. Os reformadores: a humanização da pena privativa de liberdade e a sociedade disciplinar	148
3.5.2.1. Reformadores	148
3.5.2.2. John Howard	149
3.5.2.3. Jeremy Bentham	149
3.6. História do Direito Penal no Brasil	150
3.6.1. Período colonial	150
3.6.2. Período imperial	151
3.6.3. Período republicano	152
3.6.3.1. Código Penal de 1890 e Consolidação Piragibe	152
3.6.3.2. Código Penal de 1940 e reformas	152
3.7. Quadro sinótico	153
3.8. Questões de concursos públicos	160
4. AS ESCOLAS PENAIIS	163
4.1. Considerações iniciais	163
4.2. Escola clássica	163
4.3. Escola positiva	165
4.3.1. Cesare Lombroso	166
4.3.1.1. Epílogo à obra de Lombroso	167
4.3.2. Enrico Ferri	167

4.3.3. Raffaele Garofalo	168
4.4. Escolas ecléticas	168
4.4.1. Terceira Escola italiana	169
4.4.2. Escola de Marburgo	169
4.4.3. Escola da Defesa Social	170
4.4.4. Escola francesa	170
4.4.5. Escola técnico-jurídica	170
4.4.6. Escola correcionalista	171
4.4.7. Escola humanista	172
4.4.8. Teoria psicossocial da criminalidade	173
4.4.9. Escola de Kiel	173
4.5. Quadro sinótico	174
4.6. Questões de concursos públicos	179
4.7. Questões para treinar (sem comentários)	180
5. TENDÊNCIAS MODERNAS DO DIREITO PENAL	183
5.1. Introdução	183
5.2. Abolicionismo penal	183
5.2.1. Introdução	183
5.2.2. O abolicionismo anarquista	184
5.2.3. O abolicionismo de Louk Hulsman	187
5.2.4. O abolicionismo de Thomas Mathiesen	189
5.2.5. O abolicionismo de Nils Christie	191
5.3. Modernas teorias justificacionistas	193
5.3.1. Considerações iniciais	193
5.3.2. Realismo criminológico	194
5.3.3. A teoria das janelas quebradas e a política de tolerância zero	195
5.3.3.1. <i>Three strikes laws</i>	198
5.3.4. Direito Penal do inimigo	198
5.3.5. Neorretribucionismo	201
5.3.6. Neorealistas (realistas de esquerda)	203
5.3.7. Velocidades do Direito Penal	205
5.3.8. O garantismo penal	206
5.4. Quadro sinótico	210
5.5. Questões de concursos públicos	215
6. FONTES DO DIREITO PENAL	219
6.1. Considerações iniciais	219
6.2. Fontes materiais (substanciais ou de produção)	219
6.3. Fontes formais (de cognição ou de conhecimento)	219
6.3.1. Fonte formal imediata	220
6.3.2. Fontes formais mediatas (secundárias)	220
6.4. Quadro sinótico	222
6.5. Questões de concursos públicos	223
7. INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PENAL	225
7.1. Considerações iniciais	225

7.2. Modalidades de interpretação	226
7.2.1. Interpretação quanto às fontes	226
7.2.2. Interpretação quanto ao meio	227
7.2.3. Interpretação quanto ao resultado	229
7.2.4. Outros meios de interpretação	230
7.3. Integração do direito: analogia	230
7.4. Interpretação analógica	232
7.5. Interpretação progressiva	233
7.6. <i>In dubio pro reo</i>	234
7.7. Quadro sinótico	234
7.8. Questões de concursos públicos	236

PARTE II

TEORIA DA LEI PENAL (TEORIA DA NORMA)

8. A LEI PENAL	241
8.1. Considerações iniciais	241
8.2. Características das leis penais	242
8.3. Classificação das leis penais	242
8.4. Lei (norma) penal em branco	244
8.4.1. Definição	244
8.4.2. Classificação	244
8.4.3. Constitucionalidade da norma penal em branco heterogênea	246
8.4.4. Norma penal em branco e complementos	246
8.5. Conflito aparente de leis (normas) penais	248
8.5.1. Considerações iniciais	248
8.5.2. Terminologia	248
8.5.3. Requisitos	249
8.5.4. Objetivos	249
8.5.5. Distinção em relação a outros institutos	249
8.5.5.1. Em relação ao concurso de crimes	249
8.5.6. Em relação à aplicação de leis penais no tempo (conflito de leis penais no tempo)	250
8.6. Princípios para a solução do conflito aparente	250
8.6.1. Princípio da especialidade (<i>lex specialis derogat legi generali</i>)	250
8.6.2. Princípio da subsidiariedade (<i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>)	252
8.6.3. Princípio da consunção ou da absorção (<i>lex consumens derogat legi consumptae</i>)	253
8.6.4. Princípio da alternatividade	256
8.7. Quadro sinótico	257
8.8. Súmulas aplicáveis	260
8.8.1. STJ	260
8.9. Questões de concursos públicos	260
8.10. Questões para treinar (sem comentários)	261
9. APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO	263
9.1. Considerações iniciais	263
9.2. Criação e extinção das leis	263
9.3. Tempo do crime	265

9.4. Conflito de leis penais no tempo	266
9.4.1. Considerações iniciais: extra-atividade	266
9.4.2. Sucessão de leis penais	266
9.4.2.1. Lei nova que cria uma figura típica	267
9.4.2.2. Lei penal mais grave (<i>novatio legis in pejus</i>)	267
9.4.2.3. Lei penal que deixa de considerar o fato como criminoso (<i>abolitio criminis</i>) ..	267
9.4.2.3.1. <i>Abolitio criminis</i> e revogação de tipo penal	268
9.4.2.3.2. Efeitos da <i>abolitio criminis</i>	268
9.4.2.3.3. <i>Abolitio criminis</i> temporária	268
9.4.2.4. Lei penal benéfica (<i>novatio legis in mellius</i>)	269
9.4.2.4.1. Juízo competente para aplicação da <i>novatio legis in mellius</i> ..	269
9.4.2.5. Lei penal possui aspectos mais graves e outros benéficos: combinação de leis?	270
9.4.3. Crime permanente e continuado	272
9.4.4. Lei penal benéfica e <i>vacatio legis</i>	273
9.4.5. Lei temporária e excepcional	274
9.4.6. Lei penal intermediária	275
9.4.7. Retroatividade benéfica e lei penal em branco	276
9.4.7.1. Cloreto de etila e <i>abolitio criminis</i>	277
9.4.8. Aplicação da lei processual penal no tempo	278
9.5. Quadro sinótico	278
9.6. Súmulas aplicáveis	282
9.6.1. STJ	282
9.6.2. STF	282
9.7. Questões de concursos públicos	282
9.8. Questões discursivas com comentários	284
10. APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO	285
10.1. Considerações iniciais	285
10.2. Princípio da territorialidade	285
10.2.1. Conceito de território	286
10.2.2. Território por extensão	286
10.2.2.1. Competência para o julgamento de crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves	287
10.2.2.2. Embaixada é extensão do território nacional?	288
10.3. Lugar do crime	288
10.3.1. Teoria da ubiquidade e crimes à distância	290
10.4. Extraterritorialidade	291
10.4.1. Extraterritorialidade incondicionada	292
10.4.1.1. Extraterritorialidade incondicionada na Lei de Tortura	293
10.4.1.2. Cumprimento da pena no estrangeiro	294
10.4.2. Extraterritorialidade condicionada	294
10.4.2.1. Condições para a extraterritorialidade	295
10.4.2.2. Crime cometido por estrangeiro contra brasileiro no exterior	296
10.5. Quadro sinótico	297
10.6. Questões de concursos públicos	300

11. APLICAÇÃO DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	303
11.1. Considerações iniciais	303
11.2. Imunidades diplomáticas	304
11.2.1. Natureza da imunidade e renúncia	305
11.3. Imunidades parlamentares	306
11.3.1. Imunidade material do parlamentar	306
11.3.2. Considerações acerca da extensão da imunidade parlamentar	308
11.3.3. Natureza jurídica da imunidade material do parlamentar	308
11.3.4. Imunidade formal do parlamentar	309
11.3.4.1. Imunidade formal para a prisão	309
11.3.4.2. Imunidade formal para o processo	310
11.3.5. Imunidade do parlamentar e o estado de sítio	310
11.3.6. Outras imunidades	311
11.3.6.1. Imunidade à atuação como testemunha	311
11.3.6.2. Imunidade para a incorporação às Forças Armadas	311
11.3.6.3. Foro por prerrogativa de função	311
11.4. Quadro sinótico	312
11.5. Súmulas aplicáveis	314
11.5.1. STF	314
11.6. Questões de concursos públicos	315
12. DISPOSIÇÕES FINAIS	317
12.1. Considerações iniciais	317
12.2. Pena cumprida no estrangeiro	317
12.3. Homologação de sentença penal estrangeira	318
12.4. Contagem de prazo	319
12.5. Frações não computáveis	320
12.6. Legislação penal especial	320
12.7. Quadro sinótico	321
12.8. Súmulas aplicáveis	322
12.8.1. STF	322
12.9. Questões de concursos públicos	322

PARTE III TEORIA DO CRIME

13. INTRODUÇÃO À TEORIA DO CRIME	327
13.1. Considerações iniciais	327
13.2. Conceito de crime	327
13.2.1. Conceito criminológico	328
13.2.2. Conceito formal de crime	330
13.2.3. Conceito material de crime	331
13.2.4. Conceito legal de crime	332
13.2.5. Conceito analítico de crime	332
13.2.5.1. Teoria tripartida	333
13.2.5.2. Teoria bipartida	335
13.2.5.3. Teoria quadripartida	336

13.2.5.4. Outras concepções de crime	336
13.3. Infrações penais: crime e contravenção	337
13.3.1. Distinções entre crime e contravenção	338
13.3.1.1. Quanto à pena privativa de liberdade prevista	338
13.3.1.2. Quanto à admissibilidade da tentativa	339
13.3.1.3. Quanto ao potencial ofensivo	339
13.3.1.4. Quanto à competência para o julgamento	339
13.3.1.5. Quanto à ação penal	339
13.3.1.6. Quanto à extraterritorialidade da lei penal	340
13.3.1.7. Quanto ao limite para o cumprimento das penas privativas de liberdade ..	340
13.3.1.8. Quanto ao período de prova na suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>) ...	340
13.3.1.9. Quanto à ignorância ou equivocada compreensão da lei penal	340
13.3.1.10. Quanto à possibilidade de prisão preventiva e temporária	340
13.3.1.11. Quanto ao cabimento da interceptação telefônica	341
13.3.1.12. Quanto à reincidência	341
13.3.2. A questão da posse de drogas para consumo pessoal (art. 28 da Lei n. 11.343/2006)	341
13.4. Sujeitos do crime	342
13.4.1. Sujeito ativo	342
13.4.2. Sujeito passivo	343
13.5. Objetos do crime	344
13.5.1. Objeto jurídico	345
13.5.2. Objeto material	345
13.6. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	345
13.6.1. Críticas doutrinárias à responsabilidade penal da pessoa jurídica	346
13.6.2. Responsabilidade das pessoas jurídicas de Direito Público	348
13.6.3. Extinção da pessoa jurídica	349
13.6.4. Entes despersonalizados	350
13.6.5. <i>Habeas corpus</i> e a pessoa jurídica	351
13.6.6. Atos processuais e a pessoa jurídica	352
13.6.7. Interesse ou benefício da pessoa jurídica	352
13.6.8. Dupla imputação e o concurso de pessoas	353
13.7. Quadro sinótico	354
13.8. Questões de concursos públicos	360
14. CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES	363
14.1. Classificações legais	363
14.2. Classificações doutrinárias	364
14.2.1. Quanto ao resultado naturalístico: crimes materiais, formais e de mera conduta .	364
14.2.2. Quanto ao sujeito ativo: crimes comuns, próprios e de mão própria	365
14.2.3. Quanto à conduta: crimes comissivos, omissivos e comissivos por omissão	366
14.2.4. Quanto ao concurso de pessoas: crimes de monossujeitos e plurissujeitos ...	367
14.2.5. Quanto ao fracionamento da conduta: crimes unissubsistentes e plurissubsistentes ..	367
14.2.6. Quanto ao resultado jurídico: crimes de dano e de perigo	368
14.2.7. Quanto à duração do momento consumativo: crimes instantâneos, permanentes e instantâneos de efeitos permanentes	369
14.2.8. Quanto à constância: crimes habituais e profissionais	369

14.2.9. Quanto à quantidade de bens jurídicos tutelados: crimes mono-ofensivos e pluriofensivos	369
14.2.10. Quanto à quantidade de condutas: crimes de ação única ou múltipla	370
14.2.11. Quanto ao elemento subjetivo: crimes dolosos, culposos ou preterdolosos	370
14.2.12. Crime de bagatela	371
14.2.13. Crime a prazo	371
14.2.14. Crime multitudinário	371
14.2.15. Quanto aos vestígios materiais: crimes transeuntes e não transeuntes	371
14.2.16. Quanto à ação penal: crimes de ação penal pública e de ação penal privada	372
14.2.17. Quanto à forma de execução: crimes de forma livre e de forma vinculada	372
14.2.18. Quanto à subjetividade passiva: crimes de subjetividade passiva única e subjetividade passiva dupla	372
14.2.19. Quanto à potencialidade ofensiva: crimes de mínimo, menor, médio, elevado e máximo potencial ofensivo	372
14.2.20. Outras classificações	373
14.2.20.1 Crime de ímpeto	373
14.2.20.2 Crime internacional	373
14.2.20.3. Crime remetido	374
14.2.20.4. Crime militar (próprio e impróprio)	374
14.2.20.5. Crime funcional	374
14.2.20.6. Crime de ação violenta e ação astuciosa	374
14.2.20.7. Crimes hediondos e equiparados a hediondos	375
14.2.20.8. Crimes simples e complexos	375
14.2.20.9. Crime progressivo e progressão criminosa	375
14.2.20.10. Crime obstáculo	376
14.2.20.11. Crimes de intenção	376
14.2.20.12. Crime continuado	376
14.2.20.13. Crimes qualificados e crimes privilegiados	376
14.2.20.14. Crime gratuito	377
14.2.20.15. Crime de circulação	377
14.2.20.16. Crime consunto e consuntivo	377
14.2.20.17. Crimes falimentares	377
14.2.20.18. Crime de atentado ou de empreendimento	377
14.2.20.19. Crimes de impressão	378
14.2.20.20. Crimes à distância, plurilocais e em trânsito	378
14.2.20.21. Crime inominado	378
14.2.20.22. Crimes de imprensa	379
14.2.20.23. Crimes principais e acessórios	379
14.2.20.24. Crimes independentes e conexos	379
14.2.20.25. Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas)	379
14.2.20.26. Crimes ambientais	379
14.2.20.27. Crimes exauridos	380
14.2.20.28. Crimes subsidiários	380
14.2.20.29. Crimes consumados e tentados	380
14.2.20.30. Crime falho	381
14.2.20.31. Crime de ensaio (ou de experiência)	381
14.2.20.32. Crimes aberrantes	381

14.2.20.33. Crime impossível	381
14.2.20.34. Crime putativo	382
14.2.20.35. Crimes políticos	382
14.2.20.36. Crimes de opinião	382
14.2.20.37. Crime de responsabilidade	382
14.2.20.38. Crimes parcelares	383
14.2.20.39. Crimes de hermenêutica	383
14.2.20.40. Crimes de catálogo	383
14.2.20.41. Crime liliputiano (crime-anão)	383
14.2.20.42. Crimes de olvido (de esquecimento)	383
14.2.20.43. Crimes de colarinho branco	384
14.2.20.44. Crimes do colarinho azul (crimes de rua)	384
14.2.20.45. Outros crimes de colarinho e respectivas cifras	384
14.2.20.46. Crimes de greve	385
14.2.20.47. Crimes de <i>lockout</i>	385
14.2.20.48. Crimes de acumulação ou de dano cumulativo	385
14.2.20.49. Crimes de mera suspeita (sem conduta ou de mera posição)	385
14.2.20.50. Crime cibernético	385
14.2.20.51. Crime organizado	385
14.2.20.52. Crimes estaduais e federais	386
14.2.20.53. Crimes naturais, de plástico e vazios	387
14.2.20.54. Crimes condicionados e incondicionados	387
14.2.20.55. Crime achado	387
14.2.20.56. Crime jabuticaba	388
14.2.20.57. Crime de alucinação	388
14.3. Considerações finais	388
14.4. Quadro sinótico	388
14.5. Súmulas aplicáveis	398
14.5.1 STJ	398
14.5.2 STF	398
14.6. Questões de concursos públicos	398
14.7. Questões discursivas com comentários	400
15. SISTEMAS PENAIIS	401
15.1. Considerações iniciais	401
15.2. Sistema clássico	402
15.2.1. Considerações iniciais	402
15.2.2. Teoria causal da ação (causalismo)	402
15.2.3. Teoria psicológica da culpabilidade	402
15.2.4. Teoria do tipo avalorado	403
15.2.5. Repercussão no Brasil	403
15.3. Sistema neoclássico	404
15.3.1. Considerações iniciais	404
15.3.2. Neokantismo	404
15.3.2.1. Escola de Marburgo	404
15.3.2.2. Escola de Baden ou Subocidental alemã	405
15.3.3. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	405

15.4. Sistema finalista	406
15.4.1. Considerações iniciais	406
15.4.2. Teoria final da ação (finalismo)	407
15.4.3. Teoria normativa da culpabilidade	408
15.4.4. Repercussão no Brasil	408
15.5. Sistemas funcionalistas	409
15.5.1. Considerações iniciais	409
15.5.2. Funcionalismo orientado para fins de política criminal ou teleológico: Escola de Munique (Roxin)	410
15.5.3. Funcionalismo sistêmico ou radical: Escola de Bonn (Jakobs)	412
15.5.4. O funcionalismo formalizador ou de controle social: Escola de Frankfurt (Hassemer)	413
15.5.5. O funcionalismo reducionista ou de contenção (Zaffaroni)	414
15.6. Quadro sinótico	415
15.7. Questões de concursos públicos	418
16. FATO TÍPICO	423
16.1. Considerações iniciais	423
16.2. Conduta	424
16.2.1. Considerações iniciais	424
16.2.2. Teorias da conduta (ação)	424
16.2.2.1. Teoria causal da ação (teoria naturalista, mecanicista, causalismo)	424
16.2.2.2. Teoria final da ação (finalismo)	425
16.2.2.2.1. Teoria cibernética	426
16.2.2.3. Teoria social da ação	426
16.2.2.4. Teoria pessoal da ação	427
16.2.2.5. Teoria negativa da ação	427
16.2.2.6. Teoria da ação comunicativa	427
16.2.2.7. Teoria da ação significativa	428
16.2.2.8. Teoria técnico-jurídica da ação	428
16.2.2.9. Tem futuro o conceito de ação?	429
16.2.3. Elementos da conduta	429
16.2.4. Exclusão da conduta	430
16.3. Resultado	431
16.3.1. Considerações iniciais	431
16.3.2. Resultado Naturalístico (material)	432
16.3.3. Resultado jurídico (normativo)	432
16.4. Relação de causalidade (nexo causal)	433
16.4.1. Considerações iniciais	433
16.4.2. Teorias sobre o nexo causal	433
16.4.2.1. Teoria da equivalência dos antecedentes (<i>conditio sine qua non</i>)	433
16.4.2.2. Teoria da causalidade adequada (ou proporcionada)	435
16.4.2.3. Teoria acolhida pelo nosso Código Penal	435
16.4.3. Espécies de causas	436
16.4.3.1. Causa dependentes	436
16.4.3.2. Causas Independentes	436
16.4.3.2.1. Causas absolutamente independentes	437

16.4.3.2.1.1.	Consequências jurídico-penais das causas relativamente independentes	438
16.4.3.2.2.	Causas relativamente independentes	438
16.4.3.2.2.1.	Consequências jurídico-penais das causas absolutamente independentes	439
16.4.4.	A relevância da omissão	441
16.4.4.1.	Natureza jurídica da omissão própria	441
16.4.4.2.	Crimes omissivos impróprios: o garantidor	442
16.4.5.	A teoria da imputação objetiva	443
16.4.5.1.	Considerações iniciais	443
16.4.5.2.	Cabimento	444
16.4.5.3.	A imputação e a ideia de risco proibido	444
16.4.5.4.	Requisitos para a imputação objetiva	444
16.5.	Tipicidade	447
16.5.1.	Considerações iniciais	447
16.5.2.	Tipo penal	447
16.5.2.1.	Definição	447
16.5.2.2.	Origem e evolução do tipo: fases do tipo	447
16.5.2.2.1.	Fase de independência do tipo (tipo avalorado)	447
16.5.2.2.2.	Fase indiciária do tipo (<i>ratio cognoscendi</i>)	448
16.5.2.2.3.	Fase de <i>ratio essendi</i>	448
16.5.2.3.	Funções do tipo legal	449
16.5.2.4.	Elementos	450
16.5.2.4.1.	Elementos objetivos	450
16.5.2.4.1.1.	Elementos objetivos descritivos	450
16.5.2.4.1.2.	Elementos objetivos normativos	451
16.5.2.4.1.3.	Elementos objetivos científicos	451
16.5.2.4.2.	Elementos subjetivos	452
16.5.2.4.3.	Outras classificações	452
16.5.2.4.3.1.	Elementos acidentais	452
16.5.2.4.3.2.	Elementos modais	452
16.5.2.5.	Classificação do tipo legal	453
16.5.2.5.1.	Tipo fechado e tipo aberto	453
16.5.2.5.2.	Tipo normal e anormal	453
16.5.2.5.3.	Tipo fundamental (básico) e tipo derivado	454
16.5.2.5.4.	Tipo de fato e tipo de autor	454
16.5.2.5.5.	Tipo congruente e tipo incongruente	454
16.5.2.5.6.	Tipo simples e tipo misto	454
16.5.2.5.7.	Tipo preventivo	455
16.5.3.	Tipicidade formal	455
16.5.3.1.	Adequação Típica	455
16.5.3.1.1.	Adequação típica de subordinação imediata (direta)	456
16.5.3.1.2.	Adequação típica de subordinação mediata (ampliava ou por extensão)	456
16.5.4.	Tipicidade material	457
16.5.5.	Tipicidade conglobante	458
16.6.	Quadro sinótico	459

16.7. Questões de concursos públicos	470
17. DOLO E CULPA	473
17.1. Considerações iniciais	473
17.2. Dolo	474
17.2.1. Teorias do dolo	474
17.2.1.1. Teoria da vontade	474
17.2.1.2. Teoria do assentimento (consentimento, anuência, assunção ou aprovação) ..	474
17.2.1.3. Teoria da representação (da possibilidade)	474
17.2.1.4. Teoria da probabilidade (cognição)	475
17.2.1.5. Outras teorias	475
17.2.1.5.1. Teoria da inevitabilidade	475
17.2.1.5.2. Teoria do risco	475
17.2.1.5.3. Teoria do perigo a descoberto	475
17.2.1.5.4. Teoria da indiferença (do sentimento)	475
17.2.2. Elementos do dolo	476
17.2.3. Críticas normativas às teorias ontológicas do dolo	477
17.2.4. Dolo como vontade livre?	477
17.2.5. Dolo sem vontade?	477
17.2.6. Dolo no Código Penal	478
17.2.6.1. Dolo e pena	479
17.2.6.2. Importância do dolo na identificação do crime	479
17.2.7. Modalidades de dolo	480
17.2.7.1. Dolo direto e indireto	480
17.2.7.2. Dolo de propósito (refletido) e dolo de ímpeto (repentino)	482
17.2.7.3. Dolo normativo e dolo natural	482
17.2.7.4. Dolo de dano e dolo de perigo	482
17.2.7.5. Dolo genérico e dolo específico	483
17.2.7.6. Dolo presumido (<i>in re ipsa</i>)	483
17.2.7.7. Dolo geral (erro sucessivo)	483
17.2.7.8. Dolo antecedente, atual e subsequente	484
17.2.7.9. <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	485
17.2.7.10. Dolo cumulativo	485
17.2.8. A (ir)relevância das classificações do dolo	485
17.2.9. Características do dolo	486
17.2.10. Elementos subjetivos do tipo distintos do dolo	486
17.2.10.1. Crimes ultraintencionais (delitos de intenção ou de tendência interna transcendente)	486
17.2.10.2. Crimes com particulares disposições internas (crimes de tendência peculiar)	487
17.3. Culpa	487
17.3.1. Considerações iniciais	487
17.3.2. Punibilidade dos crimes culposos	488
17.3.3. Os tipos penais culposos	488
17.3.4. Culpa é elemento subjetivo ou normativo?	488
17.3.5. Modalidades de culpa: imprudência, negligência e imperícia	489
17.3.6. Elementos do crime culposos	489

17.3.6.1. Conduta voluntária	490
17.3.6.2. Violação ao dever objetivo de cuidado	490
17.3.6.2.1. Violação ao dever objetivo de cuidado e princípio da confiança	490
17.3.6.3. Produção de um resultado naturalístico involuntário	490
17.3.6.4. Nexo causal	491
17.3.6.5. Expressa previsão em lei (tipicidade)	491
17.3.6.6. Previsibilidade objetiva do resultado	491
17.3.7. Classificações da culpa	492
17.3.7.1. Culpa consciente e culpa inconsciente	492
17.3.7.2. Culpa própria e imprópria	493
17.3.7.3. Culpa presumida (<i>in re ipsa</i>)	493
17.3.7.4. Culpa direta e indireta	494
17.3.8. Distinção entre culpa consciente e dolo eventual	494
17.3.9. Compensação e concorrência de culpas	496
17.3.9.1. Culpa exclusiva da vítima	496
17.3.10. Graus de culpa	496
17.3.10.1. Culpa temerária (culpa grosseira)	497
17.3.11. Elemento subjetivo e contravenção penal	498
17.4. Crimes qualificados pelo resultado	498
17.4.1. Considerações iniciais	498
17.4.2. Crimes qualificados pelo resultado	499
17.4.2.1. Crime preterdoloso (preterintencional)	499
17.4.2.2. Demais casos de crimes qualificados pelo resultado	500
17.5. Quadro sinótico	501
17.6. Questões de concursos públicos	509
18. ERRO DE TIPO	513
18.1. Considerações iniciais	513
18.1.1. Erro de tipo e crimes omissivos impróprios	513
18.2. Modalidades de erro de tipo	514
18.3. Erro de tipo essencial e acidental	514
18.3.1. Erro de tipo essencial	515
18.3.1.1. Considerações iniciais	515
18.3.1.2. Efeitos	515
18.3.1.2.1. Erro de tipo e exclusão do dolo	516
18.3.1.2.2. Erro de tipo e desclassificação de crime	516
18.3.1.2.3. Erro de tipo e exasperação da pena	517
18.3.1.3. Distinção entre erro de tipo e crime putativo por erro de tipo	517
18.3.1.4. Erro sobre elementos normativos do tipo	517
18.3.1.5. Erro determinado por terceiro	517
18.3.1.6. Discriminantes putativas	518
18.3.1.6.1. Natureza jurídica das discriminantes putativas	519
18.3.2. Erro de tipo acidental	520
18.3.2.1. Erro sobre o objeto (<i>error in objecto</i>)	520
18.3.2.2. Erro sobre a pessoa (<i>error in persona</i>)	521
18.3.2.3. Erro sobre as qualificadoras	521

18.3.2.4. Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	522
18.3.2.4.1. Erro na execução com mais de um resultado (unidade complexa)	522
18.3.2.5. Erro sobre o nexa causal (<i>aberratio causae</i>)	523
18.3.2.6. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i>) ...	523
18.3.2.6.1. Resultado diverso do pretendido com mais de um resultado (unidade complexa)	524
18.4. Quadro sinótico	525
18.5. Questões de concursos públicos	528
18.6. Questões discursivas com comentários	531
19. ITER CRIMINIS (FASES DO CRIME) E SEUS INSTITUTOS	533
19.1. <i>Iter criminis</i>	533
19.1.1. Considerações iniciais	533
19.1.2. Cogitação (<i>cogitatio</i>)	533
19.1.3. Preparação	534
19.1.4. Execução	535
19.1.4.1. Distinção entre atos preparatórios e atos executórios	536
19.1.5. Consumação	539
19.1.6. Exaurimento	540
19.1.7. Institutos correlatos	541
19.2. Tentativa	541
19.2.1. Conceito e previsão legal	541
19.2.2. Terminologia	541
19.2.3. Natureza jurídica	541
19.2.4. Elementos da tentativa	542
19.2.5. Punibilidade da tentativa	543
19.2.5.1. Teoria adotada no Brasil	543
19.2.5.2. Critério para diminuição de pena na tentativa	544
19.2.6. Modalidades de tentativa	544
19.2.7. Infrações penais que não admitem a tentativa	546
19.2.7.1. Casos polêmicos sobre a (in)admissibilidade da tentativa	548
19.3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	550
19.3.1. Conceito e previsão legal	550
19.3.2. Desistência voluntária	550
19.3.3. Arrependimento eficaz	551
19.3.4. Requisitos	551
19.3.5. Natureza jurídica	552
19.3.6. Consequências	553
19.3.7. Incompatibilidade com crimes culposos	553
19.3.8. Temas polêmicos	554
19.3.8.1. Adiamento da consumação do crime	554
19.3.8.2. Agente com único projétil	554
19.3.8.3. Comunicabilidade da desistência voluntária e arrependimento eficaz ...	554
19.3.9. Desistência voluntária e arrependimento eficaz na Lei de Terrorismo	555
19.4. Arrependimento posterior	555
19.4.1. Conceito e previsão legal	555

19.4.2. Natureza jurídica	555
19.4.3. Fundamento	556
19.4.4. Requisitos	556
19.4.4.1. Comunicabilidade do arrependimento posterior ao corrêu	558
19.4.5. Critério para a diminuição da pena	558
19.4.6. Não aceitação da vítima	559
19.4.7. Casos específicos de reparação do dano ou restituição da coisa	559
19.5. Crime impossível	560
19.5.1. Conceito e previsão legal	560
19.5.2. Natureza jurídica	561
19.5.3. Modalidades de crime impossível	561
19.5.4. Teorias sobre o crime impossível	562
19.5.5. Sistema de vigilância e crime impossível	563
19.5.6. Crime impossível e crime putativo	563
19.5.7. Crime impossível e flagrante provocado	564
19.6. Quadro sinótico	565
19.7. Súmulas aplicáveis	573
19.7.1. STJ	573
19.7.2. STF	574
19.8. Questões de concursos públicos	574
20. ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)	577
20.1. Conceito	577
20.1.1. Terminologia	577
20.2. Ilícitudes formal e material	578
20.2.1. Concepção unitária da ilicitude	578
20.3. Ilicitude penal e ilicitude extrapenal	579
20.4. Demais modalidades de ilicitude	579
20.4.1. Ilícitudes genérica e específica	579
20.4.2. Ilícitudes objetiva e subjetiva	580
20.5. A ilicitude e sua distinção em relação a outros institutos	580
20.6. Causas excludentes de ilicitude	581
20.6.1. Considerações iniciais	581
20.6.2. Terminologia	581
20.6.3. Modalidades de causas excludentes de ilicitude	581
20.6.4. Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão de ilicitude	582
20.6.5. Comunicabilidade das excludentes de ilicitude	583
20.7. Estado de necessidade	583
20.7.1. Conceito e previsão legal	583
20.7.2. Fundamento do estado de necessidade	583
20.7.3. Modalidades de estado de necessidade	584
20.7.4. Natureza jurídica do estado de necessidade	585
20.7.5. Teorias sobre o estado de necessidade	585
20.7.6. Requisitos do estado de necessidade	586
20.7.6.1. Situação de perigo atual	586
20.7.6.2. Perigo não provocado voluntariamente	588
20.7.6.3. Inevitabilidade do dano	589

20.7.6.4. Direito próprio ou alheio (estado de necessidade próprio ou de terceiro)	589
20.7.6.5. Ponderação de bens e deveres (proporcionalidade)	589
20.7.6.6. Ausência de dever legal de enfrentar o perigo	590
20.7.7. Causa de diminuição de pena	591
20.7.8. Estado de necessidade e <i>aberratio ictus</i>	592
20.7.9. Estado de necessidade e dificuldades econômicas	592
20.7.10. Estado de necessidade recíproco	593
20.7.11. Estado de necessidade e crimes habituais e permanentes	593
20.7.12. Estado de necessidade e efeitos civis	593
20.8. Legítima defesa	594
20.8.1. Conceito e previsão legal	594
20.8.2. Fundamento da legítima defesa	594
20.8.3. Modalidades de legítima defesa	594
20.8.4. Natureza jurídica da legítima defesa	596
20.8.5. Requisitos da legítima defesa	596
20.8.5.1. Agressão	596
20.8.5.2. Agressão injusta	599
20.8.5.3. Atualidade ou iminência da agressão	601
20.8.5.4. Direito próprio ou de terceiro	603
20.8.5.5. Moderação: princípio da proporcionalidade	604
20.8.5.6. Necessidade	606
20.8.6. Legítima defesa e efeitos civis	606
20.8.7. Legítima defesa a <i>aberratio ictus</i>	607
20.8.8. Coexistência de legítima defesa e estado de necessidade	607
20.8.9. Teoria do cenário da bomba-relógio (<i>ticking bomb scenario theory</i>)	607
20.8.10. Regra de extensão para agentes de segurança pública	608
20.9. Estrito cumprimento de dever legal	608
20.9.1. Conceito e previsão legal	608
20.9.2. Fundamento do estrito cumprimento de dever legal	609
20.9.3. Destinatários do estrito cumprimento de dever legal	609
20.9.4. Dever legal	610
20.9.5. Cumprimento estrito	610
20.9.6. Estrito cumprimento de dever legal em crimes culposos	610
20.9.7. Estrito cumprimento de dever legal e homicídio	610
20.9.8. Estrito cumprimento de dever legal e a tipicidade conglobante	611
20.10. Exercício regular de direito	611
20.10.1. Conceito e previsão legal	611
20.10.2. Fundamento do exercício regular de direito	611
20.10.3. Exercício de direito	611
20.10.4. Exercício regular: limites da excludente	612
20.10.5. Intervenções cirúrgicas: estado de necessidade ou exercício regular de direito?	612
20.10.6. Ofendículas (ofendículos)	613
20.10.7. Exercício regular de direito e efeitos civis	613
20.11. Consentimento do ofendido	614
20.11.1. Considerações iniciais	614
20.11.2. Teorias sobre o consentimento do ofendido	614
20.11.3. Consequências do consentimento do ofendido	616

20.11.4. Requisitos para o consentimento do ofendido	617
20.11.5. Revogabilidade do consentimento	621
20.11.6. Consentimento do ofendido e crime culposos	621
20.11.7. Manifestação do consentimento	622
20.11.8. Consentimento presumido	622
20.12. Excesso	623
20.12.1. Considerações iniciais	623
20.12.2. Âmbito de incidência do excesso	623
20.12.3. Classificação do excesso	624
20.12.3.1. Quanto ao elemento subjetivo	624
20.12.3.2. Quanto à forma de produção	625
20.12.4. Excesso na causa	626
20.13. Quadro sinótico	626
20.14. Questões de concursos públicos	638
20.15. Questões discursivas com comentários	640
21. CULPABILIDADE	641
21.1. Considerações iniciais	641
21.2. Conceito	641
21.3. Distintas acepções da expressão “culpabilidade”	642
21.4. Evolução dogmática da culpabilidade	643
21.4.1. Considerações iniciais	643
21.4.2. Teoria psicológica da culpabilidade	643
21.4.2.1. Críticas e superação da teoria psicológica da culpabilidade	645
21.4.3. Teoria normativa ou psicológico-normativa da culpabilidade	645
21.4.4. Teoria normativa pura da culpabilidade	647
21.4.4.1. Teoria limitada da culpabilidade	649
21.5. Concepções contemporâneas de culpabilidade	649
21.5.1. A culpabilidade no pós-finalismo welzeniano	649
21.5.1.1. Noções gerais	649
21.5.1.2. A culpabilidade como atribuíbilidade: Maurach	651
21.5.1.3. Culpabilidade como atitude interna juridicamente desaprovada	652
21.5.1.4. A culpabilidade no finalismo atual	653
21.5.2. O funcionalismo e a culpabilidade	654
21.5.2.1. Funcionalismo orientado para fins de Política Criminal e a culpabilidade: Claus Roxin	654
21.5.2.2. Funcionalismo sistêmico e a culpabilidade	655
21.5.2.3. O funcionalismo de controle social e a culpabilidade como limite da pena	656
21.5.3. Culpabilidade referida à pessoa	657
21.5.3.1. Culpabilidade pelo caráter	657
21.5.3.2. A culpabilidade da pessoa (ou da personalidade)	658
21.5.4. A pessoa deliberativa e o déficit de lealdade ao Direito: a influência de Habermas na culpabilidade	659
21.5.4.1. Considerações iniciais	659
21.5.4.2. A pessoa deliberativa e a culpabilidade	659
21.5.4.3. A culpabilidade e o déficit de lealdade ao Direito	660

21.5.5. A culpabilidade referida à motivabilidade	661
21.5.5.1. Considerações iniciais	661
21.5.5.2. A motivabilidade e a culpabilidade na obra de Muñoz Conde	661
21.5.5.3. A imputação pessoal e a motivabilidade normativa	662
21.5.6. A negação da culpabilidade	663
21.6. Culpabilidade e culpabilidade do vulnerável	665
21.6.1. Culpabilidade	665
21.6.1.1. Culpabilidade às avessas	666
21.6.2. Culpabilidade do vulnerável	667
21.7. Modalidades de culpabilidade	668
21.7.1. Culpabilidade formal e material	668
21.7.2. Tipo positivo e tipo negativo de culpabilidade	668
21.8. Culpabilidade e neurociência	669
21.9. Quadro sinótico	671
21.10. Questões de concursos públicos	676
21.11. Questões discursivas com comentários	677
22. CULPABILIDADE (ELEMENTOS E EXCLUDENTES)	679
22.1. Considerações iniciais	679
22.2. Imputabilidade	680
22.2.1. Conceito e elementos da imputabilidade	680
22.2.1.1. Localização da imputabilidade na teoria do delito	680
22.2.2. Imputabilidade e responsabilidade	681
22.2.3. Quem são os imputáveis?	681
22.2.4. Imputabilidade de índios isolados	681
22.2.5. Constatação da inimputabilidade	682
22.2.6. Momento da constatação da inimputabilidade	683
22.2.7. Critérios (ou sistemas) para aferição da inimputabilidade	683
22.2.8. Emoção e paixão	684
22.2.8.1. Emoção e paixão como excludentes de culpabilidade	685
22.2.8.2. Emoção como minorante e como atenuante	685
22.3. Excludentes da imputabilidade	686
22.3.1. Doença mental	686
22.3.1.1. Considerações iniciais	686
22.3.1.2. Requisitos para a configuração da inimputabilidade	686
22.3.1.3. Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado	686
22.3.1.4. Estados de inconsciência	688
22.3.1.5. Perícia médica	688
22.3.1.6. Consequências da inimputabilidade	688
22.3.1.7. Culpabilidade diminuída: semi-imputabilidade	689
22.3.1.7.1. Considerações iniciais	689
22.3.1.7.2. Terminologia	689
22.3.1.7.3. O semi-imputável	690
22.3.1.7.4. Perturbação de saúde mental	690
22.3.1.7.5. Consequências da semi-imputabilidade	690
22.3.1.7.6. Natureza jurídica da semi-imputabilidade	691
22.3.1.7.7. Sistema de sanção do semi-imputável	691

22.3.1.8. Medidas cautelares pessoais para o inimputável e semi-imputável	691
22.3.2. Menoridade	692
22.3.2.1. Considerações iniciais	692
22.3.2.2. Menoridade penal e emancipação civil	692
22.3.2.3. Em que momento o agente atinge a maioridade penal?	692
22.3.2.4. Menoridade penal e Código Penal Militar	693
22.3.2.5. Menoridade penal e Tribunal Penal Internacional	693
22.3.2.6. Maioridade penal e momento de constatação. Crime permanente e continuado	693
22.3.2.7. É constitucional a redução da maioridade penal?	694
22.3.2.8. Consequências da prática do injusto penal pelo menor	695
22.3.3. Embriaguez completa e fortuita	695
22.3.3.1. Considerações iniciais	695
22.3.3.2. Conceito	696
22.3.3.3. Estágios (fases) da embriaguez	696
22.3.3.4. Classificação da embriaguez	696
22.3.3.4.1. Quanto à intensidade (grau de afetação dos sentidos)	696
22.3.3.4.2. Quanto à iniciativa (origem ou procedência)	697
22.3.3.4.3. Embriaguez patológica	698
22.3.3.5. Teoria da <i>actio libera in causa</i>	698
22.3.3.5.1. Crítica doutrinária à teoria da <i>actio libera in causa</i> : respon- sabilidade penal objetiva?	699
22.3.3.6. Consequências da embriaguez fortuita e completa	700
22.3.3.7. Prova da embriaguez e prova da inimputabilidade	700
22.3.3.8. Embriaguez na Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	700
22.4. Exigibilidade de conduta diversa	702
22.4.1. Conceito	702
22.4.2. Localização na teoria do delito	702
22.4.3. Previsão legal	702
22.4.4. Origem do instituto	703
22.4.5. Coação moral irresistível	703
22.4.5.1. Considerações iniciais	703
22.4.5.2. Consequências da coação moral irresistível	704
22.4.5.3. Coação moral resistível	704
22.4.5.4. Temor reverencial	705
22.4.5.5. Coação física irresistível	705
22.4.5.6. Requisitos da coação moral irresistível	706
22.4.6. Obediência hierárquica	708
22.4.6.1. Considerações iniciais	708
22.4.6.2. Requisitos	708
22.4.6.3. Consequências da obediência hierárquica	710
22.4.7. Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exculpação	711
22.5. Potencial consciência da ilicitude	711
22.5.1. Considerações iniciais	711
22.5.2. Critérios para aferição da consciência da ilicitude	712
22.5.3. A (potencial) consciência da ilicitude na teoria do delito	713
22.5.4. Exclusão da potencial consciência da ilicitude: erro de proibição	714

22.5.4.1. Considerações iniciais	714
22.5.4.2. Erro de proibição escusável e inescusável	715
22.5.4.2.1. Erro de proibição escusável (inevitável ou invencível)	716
22.5.4.2.2. Erro de proibição inescusável (evitável ou vencível)	716
22.5.4.2.3. Critério para aferir a (in)escusabilidade do erro de proibição ...	717
22.5.4.2.4. Consequências do erro de proibição escusável e do erro de proibição inescusável	717
22.5.4.3. Modalidades de erro de proibição: direto, indireto e mandamental	717
22.5.4.3.1. Erro de proibição direto	717
22.5.4.3.2. Erro de proibição indireto	718
22.5.4.3.2.1. A questão do erro que recai sobre circunstância fática na discriminante putativa	718
22.5.4.3.3. Erro de proibição mandamental	718
22.5.4.4. Distinções entre erro de tipo e erro de proibição	719
22.5.4.5. Distinção entre erro de proibição e crime putativo	719
22.5.4.6. Erro sobre elementos normativos do tipo	720
22.6. Causas supralegais de exclusão da culpabilidade	720
22.6.1. Fato de consciência (objeção de consciência)	720
22.6.1.1. O fato de consciência e os bens jurídicos individuais	721
22.6.2. Conflito de deveres	722
22.6.3. Desobediência civil	722
22.6.4. Provocação da situação de legítima defesa	723
22.6.5. Crítica às causas supralegais de exculpação	723
22.7. Quadro sinótico	724
22.8. Súmulas aplicáveis	733
22.8.1. STJ	733
22.9. Questões de concursos públicos	734
23. CONCURSO DE PESSOAS	735
23.1. Considerações iniciais	735
23.2. Previsão legislativa	735
23.3. Classificação dos crimes quanto ao concurso de pessoas	735
23.4. Requisitos do concurso de pessoas	736
23.4.1. Crimes multitudinários e o concurso de pessoas	738
23.5. Teorias sobre a punibilidade no concurso de pessoas	738
23.6. Modalidades de concurso de pessoas	740
23.7. Autoria	741
23.7.1. Considerações iniciais	741
23.7.2. Conceito de autor (teorias sobre a autoria)	742
23.7.2.1. Conceito extensivo de autor (teoria extensiva)	742
23.7.2.2. Conceito subjetivo (teoria subjetiva ou unitária)	742
23.7.2.2.1. Teoria do dolo	742
23.7.2.2.2. Teoria do interesse	742
23.7.2.3. Conceito restritivo	743
23.7.2.3.1. Teoria objetivo-formal	743
23.7.2.3.2. Teoria objetivo-material	744
23.7.2.3.3. Teoria do domínio do fato	744

23.7.2.3.3.1. A teoria do domínio do fato na jurisprudência do STF	745
23.7.2.3.3.2. Teoria do domínio da organização	745
23.7.3. Coautoria em crimes comuns, próprios e de mão própria	746
23.7.4. Autoria direta (imediate) e indireta (mediata)	746
23.7.4.1. Autoria indireta (mediata) e crimes próprios e de mão própria	747
23.7.4.2. Autoria mediata e crime culposos	748
23.7.5. Classificações doutrinárias da autoria	748
23.7.5.1. Autoria intelectual	748
23.7.5.2. Autoria por convicção	748
23.7.5.3. Autoria por determinação	748
23.7.5.4. Coautoria sucessiva	749
23.7.5.5. Autoria colateral	750
23.7.5.6. Autoria incerta e desconhecida	750
23.7.5.7. Executor de reserva	750
23.7.5.8. Autoria de escritório	750
23.8. Participação	750
23.8.1. Teoria acerca da punibilidade da participação: teorias da acessoriedade	750
23.8.1.1. Teoria adotada no Brasil	751
23.8.2. Participação de menor importância	752
23.8.2.1. Participação de menor importância e participação inócua	753
23.8.3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz do autor	753
23.8.3.1. Arrependimento eficaz do partícipe	754
23.8.4. Classificação doutrinária da participação	755
23.8.4.1. Conivência	755
23.8.4.2. Participação sucessiva	755
23.8.4.3. Participação da participação (participação em cadeia)	755
23.8.4.4. Cumplicidade	755
23.8.4.4.1. Cumplicidade necessária e desnecessária	756
23.8.5. Participação por ações neutras?	756
23.9. Cooperação dolosamente distinta (desvio subjetivo da conduta)	757
23.10. Comunicabilidade das condições pessoais	758
23.10.1. Aplicação da regra do art. 30 do Código Penal	759
23.10.2. Condição personalíssima?	760
23.11. Concurso de pessoas em crimes omissivos	760
23.11.1. Coautoria em crimes omissivos	761
23.11.2. Participação em crimes omissivos	762
23.12. Concurso de pessoas em crimes culposos	762
23.12.1. Coautoria e crime culposos	762
23.12.2. Participação em crime culposos	763
23.13. Quadro sinótico	764
23.14. Questões de concursos públicos	771
23.15. Questões discursivas com comentários	772

PARTE IV
TEORIA DA SANÇÃO PENAL

24. INTRODUÇÃO À TEORIA DA SANÇÃO PENAL (TEORIA DA PENA OU TEORIA DAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO CRIME)	775
24.1. Considerações iniciais	775
24.2. Pena	776
24.3. Princípios limitadores da pena	776
24.4. Teorias da pena	777
24.4.1. Considerações iniciais	777
24.4.2. Teorias absolutas (retributivas ou retribucionistas)	778
24.4.2.1. Considerações iniciais	778
24.4.2.2. Retribucionismo moral: Kant	779
24.4.2.3. Retribucionismo jurídico: Hegel	779
24.4.2.4. Outras teorias retribucionistas	781
24.4.3. Teorias Relativas (preventivas ou prevencionistas)	781
24.4.3.1. Considerações iniciais	781
24.4.3.2. Teoria da prevenção geral negativa	782
24.4.3.2.1. Teoria da prevenção geral negativa	782
24.4.3.2.2. Teoria da prevenção geral positiva	784
24.4.3.3. Teoria da prevenção especial	786
24.4.3.3.1. Teoria da prevenção especial negativa	787
24.4.3.3.2. Teoria da prevenção especial positiva	787
24.4.4. Teorias unitárias (mistas, ecléticas ou da união)	788
24.4.4.1. Teoria dialética unificadora	789
24.4.5. Teoria agnóstica da pena	789
24.5. Cominação das penas	790
24.6. Modalidades de penas	791
24.6.1. Penas (constitucionalmente) vedadas no Brasil	791
24.6.2. Penas previstas no Brasil	792
24.7. Quadro sinótico	793
24.8. Questões de concursos públicos	797
25. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	799
25.1. Considerações iniciais	799
25.2. Sistemas prisionais (penitenciários)	800
25.3. Modalidades de penas privativas de liberdade	801
25.3.1. Reclusão	801
25.3.2. Detenção	802
25.3.3. Prisão simples	802
25.4. Regimes de cumprimento de pena	802
25.4.1. Considerações iniciais	802
25.4.2. Regras para imposição dos regimes de cumprimento de pena	802
25.4.2.1. Imposição de regime inicial fechado	803
25.4.2.2. Imposição de regime inicial semiaberto	804
25.4.2.3. Imposição de regime inicial aberto	804
25.4.2.4. Fixação de regime mais gravoso do que o permitido em lei	804

25.4.2.5. Pode o juízo da execução penal fixar regime inicial de cumprimento de pena?	805
25.4.2.6. Fixação de regime inicial para os crimes hediondos e equiparados	805
25.4.3. Regras dos regimes de cumprimento de pena	806
25.4.3.1. Considerações iniciais	806
25.4.3.2. Regras do regime fechado	806
25.4.3.3. Regras do regime semiaberto	807
25.4.3.4. Regras do regime aberto	808
25.4.3.4.1. Regime aberto e legislação local	810
25.4.4. Ausência de local adequado para cumprimento da pena	810
25.4.5. Presídios federais	811
25.4.6. Regime especial	811
25.4.7. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	812
25.4.8. Prisão albergue-domiciliar	816
25.4.8.1. Prisão albergue-domiciliar e prisão domiciliar (medida cautelar)	816
25.4.9. Regime especial de semiliberdade: cumprimento de pena do índio	817
25.4.10. Prisão especial	817
25.5. Competência para o processo de execução	818
25.6. Progressão de regime	819
25.6.1. Considerações iniciais	819
25.6.2. Requisitos para a progressão	819
25.6.3. Progressão <i>per saltum</i>	823
25.6.4. Progressão de regime e presos provisórios	824
25.6.5. Progressão de regime e prisão especial	824
25.6.6. A impossibilidade de progressão de regime e sua inconstitucionalidade: súmula vinculante n. 26	824
25.6.6.1. A possibilidade de progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados e os seus requisitos	825
25.6.6.1.1 A progressão de regime no caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência	826
25.6.6.2. A irretroatividade da exigência de cumprimento de pena	827
25.6.7. Demais questões envolvendo a progressão de regime	828
25.6.7.1. Progressão de regime e cabimento de <i>habeas corpus</i>	828
25.6.7.2. Progressão de regime e cometimento de falta grave	828
25.6.7.3. Progressão de regime e prisão militar	829
25.6.7.4. Progressão de regime e Lei n. 12.850/13	829
25.6.7.5. Progressão de regime e nova condenação	829
25.7. Início do cumprimento da pena	829
25.7.1. Execução provisória da pena	829
25.7.2. Exame criminológico	830
25.7.3. Guia de recolhimento	831
25.7.4. Ordem de cumprimento das penas	831
25.7.5. Superveniência de doença mental	831
25.7.6. Uso de algemas	831
25.8. Regressão de regime	833
25.9. Direitos do preso	835

25.9.1. Considerações iniciais	835
25.9.2. Direitos em espécie	835
25.9.3. Direito de visita íntima	836
25.10. Deveres do preso	836
25.11. Autorização de saída	837
25.11.1. Considerações iniciais	837
25.11.2. Permissão de saída	837
25.11.3. Saída temporária	837
25.11.3.1. Hipóteses de cabimento	838
25.11.3.2. Requisitos para a concessão	838
25.11.3.3. Condições para a fruição do benefício	840
25.11.3.4. Hipóteses de revogação do benefício	840
25.11.3.5. Recuperação do direito à saída temporária	841
25.11.3.6. Saída temporária automática	841
25.12. Monitoração eletrônica	842
25.12.1. Considerações iniciais	842
25.12.2. Hipóteses de cabimento	842
25.12.3. Deveres inerentes à monitoração	842
25.12.4. Revogação da monitoração eletrônica	843
25.13. Trabalho do preso	843
25.14. Legislação especial	844
25.15. Remição	844
25.15.1. Considerações iniciais	844
25.15.2. Remição pelo trabalho	845
25.15.3. Remição pelo estudo	845
25.15.4. Remição pela leitura	846
25.15.5. Remição por outras atividades	846
25.15.6. Remição pelo cumprimento da pena em situação degradante	847
25.15.7. Regras complementares à remição	847
25.15.8. Cumulação da remição pelo trabalho com a remição pelo estudo	848
25.15.9. Falta grave e perda dos dias remidos	848
25.16. Detração	850
25.16.1. Considerações iniciais	850
25.16.2. Cabimento da detração	850
25.16.2.1. Detração e a pena de multa	851
25.16.2.2. Detração e penas restritivas de direitos	851
25.16.2.3. Detração e suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>)	851
25.16.3. Juízo competente para o reconhecimento da detração	851
25.16.4. Detração e cômputo da prescrição	852
25.16.5. Detração e processos distintos	852
25.16.6. Detração e extradição	853
25.17. Limite das penas	854
25.17.1. Considerações iniciais	854
25.17.2. Unificação das penas	854
25.17.3. Superveniência de nova condenação e unificação das penas	855
25.18. Quadro sinótico	856
25.19. Súmulas aplicáveis	868

25.19.1. STJ	868
25.19.2. STF	868
25.20. Questões de concursos públicos	869
26. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	873
26.1. Considerações iniciais	873
26.2. Código penal e rol não taxativo	874
26.3. Pena restritiva de direitos e a falência da pena de prisão	874
26.4. Regras de Tóquio e Regras de Mandela	876
26.5. Natureza jurídica da pena restritiva de direitos	877
26.6. Características das penas restritivas de direitos	877
26.7. Limite temporal da pena restritiva de direitos	878
26.8. Requisitos para substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos	879
26.8.1. Considerações iniciais	879
26.8.2. Requisitos objetivos	879
26.8.3. Requisitos subjetivos	881
26.9. Cabimento das penas restritivas de direitos e casos específicos	881
26.9.1. Penas restritivas de direitos e crimes hediondos	881
26.9.2. Pena restritiva de direitos e tráfico de drogas	882
26.9.3. Penas restritivas de direitos e crimes ambientais	883
26.9.4. Penas restritivas de direitos e crimes militares	884
26.9.5. Penas restritivas de direitos e violência imprópria	884
26.9.6. Penas restritivas de direitos e Lei Maria da Penha	885
26.9.7. Penas restritivas de direitos e Código de Trânsito Brasileiro	885
26.10. Momento para a substituição	886
26.10.1. Substituição durante a execução da pena privativa de liberdade	886
26.11. Regras para a substituição	887
26.12. (Re)conversão em pena privativa de liberdade	888
26.12.1. Considerações iniciais	888
26.12.2. (Re)conversão obrigatória: descumprimento injustificado	888
26.12.3. (Re)conversão facultativa: superveniência de condenação a pena privativa de liberdade por outro crime	889
26.12.4. (Re)conversão e tempo de pena restante	890
26.12.5. (Re)conversão de penas de caráter pecuniário	890
26.13. Início da execução das penas restritivas de direitos	891
26.14. Modalidades de penas restritivas de direitos	891
26.15. Penas restritivas de direitos em espécie	891
26.15.1. Considerações iniciais	891
26.15.2. Prestação pecuniária	892
26.15.3. Perda de bens e valores	894
26.16. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	895
26.16.1. Considerações iniciais	895
26.16.2. Distinção entre pena de prestação de serviços e trabalhos forçados	895
26.16.3. Hipóteses de cabimento da prestação de serviços	895
26.16.4. Local de cumprimento	896
26.16.5. Tempo de cumprimento da pena	896
26.16.6. Prestação de serviços e jornada normal de trabalho	896

26.16.7. Execução da pena de prestação de serviços	896
26.16.8. Prestação de serviços na Lei de Drogas	897
26.16.9. Prestação de serviços na Lei de Crimes Ambientais	898
26.16.9.1. Para pessoa física	898
26.16.9.2. Para pessoa jurídica	899
26.17. Interdição temporária de direitos	899
26.17.1. Considerações iniciais	899
26.17.2. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo	900
26.17.3. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público	901
26.17.4. Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo	902
26.17.5. Proibição de frequentar lugares	903
26.17.6. Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos	903
26.18. Limitação de fim de semana	904
26.19. Quadro sinótico	905
26.20. Súmulas aplicáveis	912
26.20.1. STJ	912
26.21. Questões de concursos públicos	912
27. PENA DE MULTA	917
27.1. Considerações iniciais	917
27.2. Destinação dos valores da pena de multa	917
27.2.1. Destinação dos valores da pena de multa na Lei de Drogas	917
27.3. Pena de multa e as infrações penais	918
27.4. Critério para aplicação da pena de multa	920
27.5. Aplicação da pena de multa	920
27.5.1. Atualização dos valores	921
27.5.2. Aumento do valor da multa: pena ineficaz	921
27.6. Pagamento da multa	921
27.7. Execução da pena de multa	923
27.7.1. Considerações iniciais	923
27.7.2. Legitimidade, competência e rito para a cobrança da dívida de valor	923
27.7.3. Competência para a execução da multa nos juizados especiais criminais	924
27.7.4. Causas suspensivas e interruptivas da prescrição	924
27.8. Suspensão da execução da pena de multa	925
27.9. Outras questões em torno da pena de multa	925
27.9.1. Pena de multa e <i>habeas corpus</i>	925
27.9.2. Pena de multa e valor irrisório	925
27.9.3. Multa substitutiva	926
27.9.3.1. Multa substitutiva e previsão de penas cumuladas	926
27.9.4. Pena de multa e progressão de regime na pena privativa de liberdade	927
27.9.5. Pena de multa e extinção da punibilidade	927
27.10. A pena de multa na legislação especial	928
27.10.1. Considerações iniciais	928
27.10.2. Pena de multa na lei de drogas	928
27.10.2.1. Considerações iniciais	928

27.10.2.2. A multa no crime de porte de drogas para consumo pessoal	928
27.10.2.3. A pena de multa nos demais crimes da Lei de Drogas	929
27.10.3. Pena de multa no Código Eleitoral	930
27.10.4. Pena de multa na Lei Maria da Penha	930
27.11. Quadro sinótico	930
27.12. Súmulas aplicáveis	934
27.12.1. STJ	934
27.12.2. STF	934
27.13. Questões de concursos públicos	934
28. APLICAÇÃO DA PENA	937
28.1. Considerações iniciais	937
28.2. Sistemas de fixação da pena	937
28.3. Pressuposto da aplicação da pena	938
28.4. Fundamento da aplicação da pena	938
28.5. Finalidade da aplicação da pena	939
28.5.1. A necessidade de pena e os extremófilos	939
28.6. Critérios para a aplicação da pena	940
28.7. Elementares e circunstâncias	940
28.7.1. Circunstâncias legais e judiciais	941
28.8. Fases da aplicação da pena	942
28.9. Primeira fase da aplicação da pena: pena-base	944
28.9.1. Considerações iniciais	944
28.9.2. Circunstâncias judiciais em espécie	944
28.9.2.1. Culpabilidade	944
28.9.2.2. Antecedentes	945
28.9.2.3. Conduta social	946
28.9.2.4. Personalidade	947
28.9.2.5. Motivos do crime	948
28.9.2.6. Circunstâncias do crime	948
28.9.2.7. Consequências do crime	948
28.9.2.8. Comportamento da vítima	949
28.9.3. Valoração das circunstâncias judiciais	949
28.10. Segunda fase da aplicação da pena: pena provisória	950
28.10.1. Considerações iniciais	950
28.10.2. Circunstâncias agravantes (art. 61, CP)	950
28.10.2.1. Reincidência (art. 62, I, CP)	951
28.10.2.1.1. Considerações iniciais	951
28.10.2.1.2. Crimes políticos e militares	952
28.10.2.1.3. Natureza jurídica	953
28.10.2.1.4. Modalidades de reincidência	953
28.10.2.1.5. Prova da reincidência	954
28.10.2.1.6. Período depurador	954
28.10.2.1.7. Requisitos da reincidência	954
28.10.2.1.8. Reincidência na Lei de Contravenções Penais	955
28.10.2.1.9. Extinção da punibilidade do crime anterior	956
28.10.2.1.10. Reincidência e antecedentes criminais	957

28.10.2.2.	Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, CP): demais agravantes	958
28.10.2.2.1.	Por motivo fútil ou torpe (alínea <i>a</i>)	958
28.10.2.2.2.	Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (alínea <i>b</i>)	959
28.10.2.2.3.	À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea <i>c</i>)	960
28.10.2.2.4.	Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum (alínea <i>d</i>)	960
28.10.2.2.5.	Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge (alínea <i>e</i>)	960
28.10.2.2.6.	Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica	961
28.10.2.2.7.	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea <i>g</i>)	962
28.10.2.2.8.	Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (alínea <i>h</i>)	962
28.10.2.2.9.	Quando o ofendido estava sob imediata proteção da autoridade (alínea <i>i</i>)	963
28.10.2.2.10.	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou de desgraça particular do ofendido (alínea <i>j</i>)	963
28.10.2.2.11.	Em estado de embriaguez preordenada (alínea <i>l</i>)	963
28.10.2.3.	Agravantes no concurso de pessoas (art. 62, CP)	963
28.10.2.3.1.	Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes (inciso I)	964
28.10.2.3.2.	Coage ou induz outrem à execução material do crime (inciso II)	964
28.10.2.3.3.	Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal (inciso III)	964
28.10.2.3.4.	Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa (inciso IV)	965
28.10.3.	Circunstâncias atenuantes	965
28.10.3.1.	Circunstâncias atenuantes em espécie (art. 65, CP)	966
28.10.3.1.1.	Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (inciso I)	966
28.10.3.1.2.	O desconhecimento da lei	967
28.10.3.1.3.	Ter o agente (inciso III)	968
28.10.3.1.3.1.	Cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral (alínea <i>a</i>)	968
28.10.3.1.3.2.	Procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento reparado o dano (alínea <i>b</i>)	968
28.10.3.1.3.3.	Cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de	

	autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (alínea <i>c</i>)	969
	28.10.3.1.3.4. Confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime (alínea <i>d</i>) ...	970
	28.10.3.1.3.5. Cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (alínea <i>e</i>) ..	972
	28.10.3.2. Circunstância atenuante inominada (art. 66, CP)	972
	28.10.4. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	973
	28.10.4.1. Concurso entre reincidência e confissão espontânea	973
28.11.	Terceira fase da aplicação da pena: causas de aumento e diminuição	974
	28.11.1. Considerações iniciais	974
	28.11.2. Distinções entre majorantes/minorantes e agravantes/minorantes	974
	28.11.3. Distinções entre causas de aumento e qualificadoras	975
	28.11.4. Concurso entre majorantes e minorantes	975
	28.11.4.1. Concurso homogêneo de causas de aumento	975
	28.11.4.2. Concurso homogêneo entre causas de diminuição	976
	28.11.4.3. Concurso heterogêneo entre causas de aumento e de diminuição	976
	28.11.4.4. Critério para aplicação das causas de aumento e de diminuição	976
28.12.	Considerações finais	977
28.13.	Quadro sinótico	978
28.14.	Súmulas aplicáveis	988
	28.14.1. STJ	988
28.15.	Questões de concursos públicos	988
29.	CONCURSO DE CRIMES	991
29.1.	Considerações iniciais	991
29.2.	Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes	991
	29.2.1. Sistema do cúmulo (da acumulação) material	991
	29.2.2. Sistema da exasperação	992
	29.2.3. Sistema do cúmulo (da acumulação) jurídico	992
	29.2.4. Sistema da absorção	992
29.3.	Concurso material de crimes	992
	29.3.1. Considerações iniciais	992
	29.3.2. Critério para aplicação da pena	992
	29.3.3. Aplicação cumulativa das penas de reclusão e de detenção	993
	29.3.4. Aplicação cumulativa de pena privativa de liberdade e pena restritiva de direitos	993
	29.3.5. Cumprimento cumulativo ou simultâneo das penas restritivas de direitos	993
	29.3.6. Concurso material moderado (limitado)	993
	29.3.7. Concurso material e suspensão condicional do processo	994
	29.3.8. Concurso material e cabimento de fiança	994
29.4.	Concurso formal de crimes	995
	29.4.1. Considerações iniciais	995
	29.4.2. Modalidades de concurso formal	995
	29.4.2.1. Quanto à identidade de crimes	995
	29.4.2.2. Quanto à unidade de desígnios	995
	29.4.3. Aplicação da pena no concurso formal	996
	29.4.3.1. Aplicação da pena no concurso formal perfeito	997

29.4.3.1.1. Concurso material benéfico	997
29.4.3.2. Aplicação da pena no concurso formal imperfeito	997
29.5. Crime continuado	997
29.5.1. Considerações iniciais	997
29.5.2. Natureza jurídica	998
29.5.3. Teorias sobre o crime continuado	998
29.5.4. Requisitos do crime continuado	999
29.5.5. Aplicação da pena no crime continuado	1001
29.5.6. Crime continuado específico (qualificado)	1002
29.5.7. Crime continuado e crime habitual	1002
29.5.8. Crime continuado e crimes culposos	1003
29.5.9. Crime continuado e aplicação da lei penal no tempo	1003
29.5.10. Crime continuado e suspensão condicional do processo	1003
29.6. Multas no concurso de crimes	1004
29.7. Concurso de crimes e demais questões	1004
29.7.1. Concurso de crimes e prescrição	1004
29.7.2. Concurso de crimes e questões processuais	1005
29.7.3. Concurso de infrações	1005
29.7.4. Concurso de crimes e reincidência	1005
29.8. Quadro sinótico	1006
29.9. Súmulas aplicáveis	1010
29.9.1. STJ	1010
29.9.2. STF	1010
29.10. Questões de concursos públicos	1010
30. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA (<i>SURSIS</i>)	1015
30.1. Considerações iniciais	1015
30.2. Conceito	1015
30.3. Natureza jurídica	1016
30.4. Sistemas	1016
30.5. Modalidades de <i>sursis</i>	1017
30.6. Requisitos	1018
30.6.1. Requisitos objetivos	1018
30.6.2. Requisitos subjetivos	1019
30.7. Momento adequado e juízo competente para a concessão do <i>sursis</i>	1020
30.7.1. <i>Sursis</i> incondicionado	1020
30.8. Condições	1021
30.9. Período de prova	1022
30.9.1. Fiscalização das condições durante o período de prova	1023
30.10. Revogação	1023
30.10.1. Revogação obrigatória	1023
30.10.2. Revogação facultativa	1024
30.10.3. Revogação do <i>sursis</i> e oitiva do condenado	1025
30.11. Cassação do <i>sursis</i>	1025
30.12. Prorrogação do período de prova	1026
30.13. Extinção da pena: cumprimento da condições	1026
30.13.1. Prorrogação e revogação do benefício após encerramento do período de prova	1027

30.14.	<i>Sursis</i> na legislação penal especial	1027
30.14.1.	<i>Sursis</i> e Lei de Crimes Ambientais	1027
30.14.2.	<i>Sursis</i> e Lei de Drogas	1028
30.14.3.	Lei das Contravenções Penais	1028
30.14.4.	<i>Sursis</i> e Lei de Segurança Nacional	1028
30.14.5.	<i>Sursis</i> e Código Penal Militar	1029
30.14.6.	<i>Sursis</i> e Lei Maria da Penha	1029
30.15.	Suspensão condicional da pena e suspensão condicional do processo (<i>sursis</i> processual)	1030
30.16.	Outras questões	1030
30.16.1.	<i>Sursis</i> sucessivos e simultâneos	1030
30.16.2.	<i>Sursis</i> e condenado estrangeiro	1030
30.16.3.	<i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos	1031
30.16.4.	<i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	1031
30.16.5.	<i>Sursis</i> e regime de pena	1031
30.16.6.	<i>Sursis</i> e indulto	1031
30.17.	Quadro sinótico	1032
30.18.	Súmulas aplicáveis	1036
30.18.1.	STJ	1036
30.18.2.	STF	1036
30.19.	Questões de concursos públicos	1036
31.	LIVRAMENTO CONDICIONAL	1039
31.1.	Considerações iniciais	1039
31.2.	Conceito e natureza jurídica	1039
31.3.	Natureza jurídica	1040
31.4.	Requisitos	1040
31.4.1.	Requisitos objetivos	1040
31.4.2.	Requisitos subjetivos	1044
31.5.	Condições	1046
31.5.1.	Condições obrigatórias (art. 132, §1º, LEP)	1046
31.5.2.	Condições facultativas (art. 132, §2º, LEP)	1047
31.5.3.	Condições obrigatórias indiretas	1047
31.6.	Procedimento do livramento condicional	1047
31.7.	Revogação	1048
31.7.1.	Revogação obrigatória	1048
31.7.2.	Revogação facultativa	1049
31.8.	Suspensão do livramento condicional	1050
31.9.	Prorrogação do livramento condicional	1051
31.10.	Extinção	1051
31.11.	Outras questões	1052
31.11.1.	Livramento condicional e egresso	1052
31.11.2.	Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	1052
31.11.3.	Livramento condicional cautelar	1052
31.11.4.	Livramento condicional para estrangeiros	1053
31.11.5.	Livramento condicional insubsistente	1053
31.11.6.	Livramento condicional humanitário	1053
31.12.	Quadro sinótico	1054

31.13. Súmulas aplicáveis	1057
31.13.1. STJ	1057
31.13.2. STF	1057
31.14. Questões de concursos públicos	1057
32. EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO	1061
32.1. Considerações iniciais	1061
32.2. Efeitos principais	1062
32.3. Efeitos secundários	1062
32.3.1. Efeitos secundários penais	1062
32.3.2. Efeitos secundários extrapenais	1063
32.3.2.1. Efeitos secundários extrapenais genéricos	1063
32.3.2.1.1. Reparação do dano	1063
32.3.2.1.1.1. A reparação do dano na esfera cível e a sen- tença penal absolutória	1065
32.3.2.1.2. Confisco	1065
32.3.2.1.2.1 Confisco na Lei n. 13.964/19 (pacote anticri- me): art. 91-A, CP	1067
32.3.2.2. Efeitos secundários extrapenais específicos	1070
32.3.2.2.1. A perda de cargo, função pública ou mandato eleito	1070
32.3.2.2.1.1. Perda do mandato eletivo de deputados federais e senadores	1071
32.3.2.2.2. A incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente ou contra tutelado ou curatelado	1072
32.3.2.2.3. A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	1073
32.3.3. Efeitos da condenação e a <i>abolitio crtiminis</i>	1073
32.4. Demais efeitos extrapenais da condenação	1074
32.4.1. Suspensão dos direitos políticos	1074
32.4.2. Lei de Preconceito (Lei n. 7.716/89)	1074
32.4.3. Lei de Lavagem de Capitais (Lei n. 9.613/98)	1075
32.4.4. Lei de Tortura (Lei n. 9.455/97)	1075
32.4.5. Lei de Recuperação Judicial e Falências (Lei n. 11.101/05)	1076
32.4.6. Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93)	1076
32.4.7. Crimes contra a propriedade imaterial	1076
32.4.8. Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	1076
32.4.9. Demais efeitos da condenação	1077
32.5. Reabilitação	1077
32.5.1. Considerações iniciais	1077
32.5.2. Finalidades de reabilitação	1078
32.5.3. Pressuposto e requisitos para a reabilitação	1079
32.5.3.1. Pressuposto	1079
32.5.3.2. Requisitos	1079
32.5.4. Competência para o julgamento da reabilitação	1080

32.5.5. Pedido e recurso no processo de reabilitação	1080
32.5.6. Revogação da reabilitação	1080
32.6. Quadro sinótico	1081
32.7. Súmulas aplicáveis	1086
32.7.1. STJ	1086
32.7.2. STF	1086
32.8. Questões de concursos públicos	1086
33. MEDIDA DE SEGURANÇA	1089
33.1. Considerações iniciais	1089
33.2. Origem do instituto	1089
33.3. Histórico da medida de segurança no direito brasileiro	1090
33.4. Jurisdicionariade da medida de segurança	1091
33.5. Distinções entre pena e medida de segurança	1091
33.5.1. Quanto à pessoa a quem se impõe	1091
33.5.2. Quanto ao fundamento	1092
33.5.3. Quanto ao prazo de duração	1092
33.5.4. Quanto à finalidade	1092
33.6. Fundamento da medida de segurança	1092
33.7. Modalidades de medidas de segurança	1093
33.8. Local de cumprimento da medida de segurança: direitos do internado	1093
33.9. Critério para aplicação da medida de segurança	1093
33.9.1. Crítica ao critério adotado pelo Código Penal	1094
33.9.2. Conversão do tratamento ambulatorial em medida de internação	1095
33.10. Prazos da medida de segurança	1095
33.10.1. Prazo mínimo para a medida de segurança	1095
33.10.2. Prazo máximo	1095
33.10.3. Limite para o cumprimento da medida de segurança	1095
33.10.3.1. A Questão da continuação do tratamento: a internação extrapenal	1096
33.10.3.2. Prazo máximo para semi-imputáveis	1097
33.10.3.3. Superveniência de doença mental e prazo da medida de segurança convertida	1098
33.11. Medida de segurança cautelar?	1098
33.12. Execução da medida de segurança	1099
33.13. Desinternação ou liberação condicional	1099
33.13.1. Desinternação progressiva	1099
33.14. “Medida de segurança” na lei de drogas	1099
33.15. Medida de segurança e inimputáveis por menoridade	1100
33.16. Quadro sinótico	1100
33.17. Súmulas aplicáveis	1104
33.17.1. STJ	1104
33.17.2. STF	1104
33.18. Questões de concursos públicos	1104
34. AÇÃO PENAL	1107
34.1. Considerações iniciais	1107
34.2. Modalidades de ação penal	1107

34.3. Regra do ordenamento jurídico	1108
34.4. Ação penal de iniciativa pública	1108
34.4.1. Considerações iniciais	1108
34.4.2. Princípios da ação penal pública	1108
34.5. Ação penal pública incondicionada	1109
34.6. Ação penal pública condicionada à representação	1109
34.6.1. Conceito de representação	1110
34.6.2. Ausência de rigor formal	1110
34.6.3. Fundamento	1110
34.6.4. Titularidade	1110
34.6.5. Sucessão no direito de representação	1110
34.6.6. Prazo	1111
34.6.7. Retratação	1111
34.6.8. Eficácia objetiva	1112
34.7. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	1112
34.7.1. Considerações iniciais	1112
34.7.2. Conceito	1112
34.7.3. Prazo	1112
34.7.4. Retratação	1112
34.7.5. Eficácia objetiva	1113
34.7.6. Ausência de vinculação do MP	1113
34.8. Ação penal de iniciativa privada	1113
34.8.1. Considerações iniciais	1113
34.8.2. Princípios da ação penal de iniciativa privada	1114
34.8.3. Ação penal de iniciativa privada exclusiva	1115
34.8.4. Ação penal de iniciativa privada personalíssima	1116
34.8.5. Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública	1116
34.8.6. Prazo decadencial	1117
34.9. Ação penal nos crimes complexos	1117
34.10. Quadro sinótico	1118
34.11. Questões de concursos públicos	1121
35. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	1125
35.1. Considerações iniciais	1125
35.2. Causas de extinção da punibilidade: art. 107 do código penal	1125
35.2.1. Morte do agente (inciso I)	1125
35.2.1.1. Extinção da pessoa jurídica	1126
35.2.2. Anistia, graça ou indulto (inciso II)	1127
35.2.2.1. Anistia	1127
35.2.2.2. Graça	1128
35.2.2.3. Indulto	1129
35.2.3. <i>Abolitio criminis</i> (inciso III)	1130
35.2.4. Prescrição, decadência ou perempção (inciso IV)	1131
35.2.4.1. Prescrição	1131
35.2.4.2. Decadência	1131
35.2.4.3. Perempção	1132

35.2.5. Renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada (inciso V)	1133
35.2.5.1. Renúncia do ofendido	1133
35.2.5.2. Perdão (aceito) do querelante	1134
35.2.6. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (inciso VI)	1135
35.2.7. Perdão judicial (inciso IX)	1135
35.2.7.1. Natureza jurídica	1135
35.2.7.2. Momento para a concessão do perdão judicial	1136
35.2.8. Incisos revogados	1136
35.3. Extinção da punibilidade nos crimes acessórios, complexos e conexos	1137
35.4. Caráter não taxativo do rol do art. 107, CP	1138
35.5. Quadro sinótico	1139
35.6. Súmulas aplicáveis	1142
35.6.1. STJ	1142
35.6.2. STF	1142
35.7. Questões de concursos públicos	1142
36. PRESCRIÇÃO	1147
36.1. Considerações iniciais	1147
36.2. Fundamento	1147
36.3. Natureza jurídica	1148
36.4. Imprescritibilidade	1148
36.4.1. Imprescritibilidade na Constituição Federal	1148
36.4.2. O racismo e a injúria racial	1148
36.4.3. Imprescritibilidade e o Tribunal Penal Internacional	1149
36.5. Modalidades de prescrição	1149
36.6. Prescrição da pretensão punitiva em abstrato	1150
36.6.1. Considerações iniciais	1150
36.6.2. Prazos prescricionais	1150
36.6.2.1. Exceções aos prazos do art. 109, CP	1151
36.6.2.2. Menoridade e senilidade	1152
36.6.3. Cômputo da prescrição	1152
36.6.4. Termo inicial	1155
36.6.5. Causas impeditivas da prescrição	1158
36.6.5.1. Outras causas impeditivas e suspensivas da prescrição	1159
36.6.6. Causas interruptivas da prescrição	1161
36.6.6.1. Interrupção da prescrição nos crimes falimentares	1164
36.6.6.2. Comunicabilidade das causas interruptivas	1165
36.7. Prescrição da pretensão punitiva superveniente	1165
36.7.1. Considerações iniciais	1165
36.7.2. Cômputo da prescrição	1166
36.7.3. Termo inicial	1166
36.7.4. Momento adequado e competência para o reconhecimento	1167
36.8. Prescrição da pretensão punitiva retroativa	1167
36.8.1. Considerações iniciais	1167
36.8.2. Cômputo da prescrição	1168
36.8.2.1. Cômputo no procedimento do júri	1168

36.8.2.2. Prescrição retroativa e Lei n. 12.234/2010	1169
36.8.3. Termo inicial	1170
36.8.4. Momento adequado e competência para o reconhecimento	1170
36.9. Prescrição da pretensão executória	1171
36.9.1. Considerações iniciais	1171
36.9.2. Cômputo da prescrição	1171
36.9.3. Termo inicial	1171
36.9.4. Momento adequado e competência para o seu reconhecimento	1172
36.9.5. Causas interruptivas	1173
36.9.5.1. Incomunicabilidade das causas interruptivas	1173
36.9.6. Causas impeditivas	1174
36.10. Prescrição virtual (antecipada)	1174
36.11. Outras questões	1175
36.11.1. Prescrição da pena de multa	1175
36.11.2. Prescrição da pena restritiva de direitos	1176
36.11.3. Prescrição da medida de segurança	1176
36.11.4. Prescrição e medidas socioeducativas	1177
36.11.5. Prescrição das penas mais brandas	1177
36.11.6. Prescrição e falta disciplinar na execução	1178
36.12. Quadro sinótico	1178
36.13. Súmulas aplicáveis	1185
36.13.1. STJ	1185
36.13.2. STF	1185
36.14. Questões de concursos públicos	1185
GABARITOS	1189
Capítulo 1 – Direito Penal: considerações introdutórias	1189
Capítulo 2 – Princípios do Direito Penal	1190
Capítulo 3 – Evolução História do Direito Penal	1190
Capítulo 4 – As Escolas Penais	1191
Capítulo 5 – Tendências modernas no Direito Penal	1191
Capítulo 6 – Fontes do Direito Penal	1192
Capítulo 7 – Interpretação e aplicação do Direito Penal	1192
Capítulo 8 – A lei penal	1193
Capítulo 9 – Aplicação da lei penal no tempo	1193
Capítulo 10 – Aplicação da lei penal no espaço	1193
Capítulo 11 – Aplicação da lei penal em relação às pessoas	1193
Capítulo 12 – Disposições finais	1194
Capítulo 13 – Introdução à teoria do crime	1194
Capítulo 14 – Classificação dos crimes	1194
Capítulo 15 – Sistemas penais	1195
Capítulo 16 – Fato típico	1196
Capítulo 17 – Dolo e culpa	1196
Capítulo 18 – Erro de tipo	1197
Capítulo 19 – <i>Iter criminis</i> (fases do crime) e seus institutos	1197
Capítulo 20 – Illicitude (antijuridicidade)	1198
Capítulo 21 – Culpabilidade	1199

Capítulo 22 – Culpabilidade (elementos e excludentes)	1199
Capítulo 23 – Concurso de pessoas	1199
Capítulo 24 – Introdução à teoria da sanção penal	1200
Capítulo 25 – Pena privativa de liberdade	1200
Capítulo 26 – Penas restritivas de direitos	1200
Capítulo 27 – Pena de multa	1201
Capítulo 28 – Aplicação da pena	1201
Capítulo 29 – Concurso de crimes	1202
Capítulo 30 – Suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>)	1202
Capítulo 31 – Livramento condicional	1203
Capítulo 32 – Efeitos da condenação e reabilitação	1203
Capítulo 33 – Medida de segurança	1204
Capítulo 34 – Ação penal	1204
Capítulo 35 – Extinção da punibilidade	1205
Capítulo 36 – Prescrição	1205
REFERÊNCIAS	1207